

Vulcabras
Azaleia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Vulcabras Azaleia S.A.

Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vulcabras Azaleia S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Veja a Nota 3.10, 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas 3.10, 15 e 16, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável do ágio. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é elaborado com base em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação da confiabilidade das informações produzidas pela entidade, levantamento do fluxo e desenho dos controles internos.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa

opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

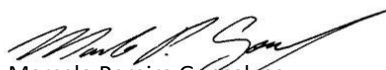
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 09 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Caixa e equivalentes de caixa	4	158.552	62.164	18	3.606	Fornecedores	17	62.457	40.993	289	1.088
Aplicações financeiras	5	80.949	-	80.949	-	Financiamentos e empréstimos	18	127.894	3.264	-	-
Contas a receber de clientes	6	574.104	448.377	-	-	Impostos a recolher		11.938	8.402	97	83
Estoques	7	256.924	241.238	-	-	Salários e férias a pagar		30.105	41.394	-	17
Impostos a recuperar	8	18.330	14.723	563	631	Provisões	20	22.021	18.326	765	405
Imposto de renda e contribuição social	9a	5.108	4.580	154	353	Passivo de arrendamento	19	8.343	7.798	-	-
Valores a receber por alienação de operação	1.1.a	3.440	-	-	-	Comissões a pagar		16.121	13.536	-	-
Outros contas a receber		13.478	23.150	736	1.266	Outras contas a pagar		26.296	15.484	217	132
Total do Ativo Circulante		1.110.885	794.232	82.420	5.856	Total do Passivo Circulante		305.175	149.197	1.368	1.725
Aplicações financeiras	5	9.594	2.823	2	2	Financiamentos e empréstimos	18	183.735	39.789	-	-
Impostos a recuperar	8	6.787	7.744	1.805	1.794	Mútuos com partes relacionadas	11	17.632	16.930	197.763	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	1.359	330	-	-	Provisões	20	34.542	38.183	-	453
Depósitos judiciais	10	15.080	17.952	543	539	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	9b	2.406	2.850	-	-
Mútuos com partes relacionadas		-	-	120.602	-	Passivo de arrendamento	19	10.187	8.047	-	-
Valores a receber por alienação de operação	1.1.a	5.160	-	-	-	Impostos a pagar		-	12.265	-	-
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Provisão para perdas com investimento	12	-	-	124	95
Outros contas a receber		2.702	2.902	1.537	1.589	Outras contas a pagar		183	469	-	-
Realizável a longo prazo		40.876	31.945	124.489	3.924	Total do Passivo Não circulante		248.685	118.533	197.887	548
Investimentos	12	59.999	62.046	1.115.038	1.076.837	Patrimônio líquido					
Propriedade para investimento	13	2.121	2.530	2.115	2.522	Capital social	21	1.106.717	1.106.717	1.106.717	1.106.717
Direito de uso	19	15.145	15.845	-	-	Reservas de reavaliação	21	4.670	5.532	4.670	5.532
Imobilizado	14	241.311	235.120	160	161	Reservas de capital	21	3.034	1.517	3.034	1.517
Intangível	15	208.917	213.440	111	111	Ajustes de avaliação patrimonial	21	21.114	16.281	21.114	16.281
						Prejuízos acumulados		(10.457)	(42.909)	(10.457)	(42.909)
		527.493	528.981	1.117.424	1.079.631	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.125.078	1.087.138	1.125.078	1.087.138
Total do Ativo Não Circulante		568.369	560.926	1.241.913	1.083.555	Participações de não controladores		316	290	-	-
Total do Ativo		1.679.254	1.355.158	1.324.333	1.089.411	Total do Patrimônio líquido		1.125.394	1.087.428	1.125.078	1.087.138
						Total do Passivo		553.860	267.730	199.255	2.273
						Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.679.254	1.355.158	1.324.333	1.089.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019***(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

Nota	Consolidado		Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receita líquida de vendas	22	1.179.227	1.359.985	-	-
Custo das vendas e revendas	23	(831.045)	(888.184)	-	-
Lucro bruto		348.182	471.801	-	-
Despesas com vendas	24	(190.482)	(215.831)	-	-
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	24	(9.593)	(9.013)	-	-
Despesas administrativas	25	(110.561)	(109.630)	(7.262)	(6.427)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	797	4.145	5.434	16.689
Resultado da equivalência patrimonial	12b	(2.047)	292	33.319	135.389
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		36.296	141.764	31.491	145.651
Receitas financeiras		46.345	33.552	871	207
Despesas financeiras		(46.406)	(28.420)	(772)	(341)
Despesas e receitas financeiras líquidas	27	(61)	5.132	99	(134)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		36.235	146.896	31.590	145.517
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9b	(4.681)	(3.816)	-	(2.452)
Lucro líquido do exercício		31.554	143.080	31.590	143.065
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		31.590	143.065	31.590	143.065
Acionistas não controladores		(36)	15	-	-
Lucro líquido do exercício		31.554	143.080	31.590	143.065
Resultado por ação					
Resultado por ação ordinária - básico		0,1285	0,5821		
Resultado por ação ordinária - diluído		0,1274	0,5788		
Quantidade de ações ao final do exercício					
Ações ordinárias em circulação		245.756.346	245.756.346		
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor		248.016.346	247.196.346		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício	<u>31.554</u>	<u>143.080</u>	<u>31.590</u>	<u>143.065</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>4.833</u>	<u>2.035</u>	<u>4.833</u>	<u>2.035</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.648	2.033	4.648	2.033
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	185	2	185	2
Resultado abrangente total	<u>36.387</u>	<u>145.115</u>	<u>36.423</u>	<u>145.100</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	36.423	145.100	36.423	145.100
Acionistas não controladores	(36)	15	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras Azaleia S.A.
(Companhia aberta)

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados			Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.106.717	6.401	641	1.990	(174.587)	941.162	300	941.462
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial pelo encerramento de investida	-	-	-	12.256	(12.256)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(869)	-	-	869	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	876	-	-	876	-	876
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	2.033	-	2.033	(25)	2.008
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	2	-	2	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	143.065	143.065	15	143.080
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.106.717	5.532	1.517	16.281	(42.909)	1.087.138	290	1.087.428
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.106.717	5.532	1.517	16.281	(42.909)	1.087.138	290	1.087.428
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(862)	-	-	862	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	1.517	-	-	1.517	-	1.517
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	4.648	-	4.648	62	4.710
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	185	-	185	-	185
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.590	31.590	(36)	31.554
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.106.717	4.670	3.034	21.114	(10.457)	1.125.078	316	1.125.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		31.554	143.080	31.590	143.065
Ajustes para:		-	-	-	-
Depreciação e amortização		75.948	80.681	408	418
Provisão para perdas por valor recuperável no estoque	7b	(91)	(11.904)	-	-
Juros s/ arrendamentos provisionados	19	2.835	-	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados		11.492	9.285	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras		(776)	(124)	(27)	-
Provisão para contingências	20	7.927	13.039	38	562
Resultado da equivalência patrimonial	12	2.047	(292)	(33.319)	(135.389)
Transação com pagamento baseado em ações	21c	1.517	876	1.517	876
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	6	9.593	9.013	-	-
Efeito de baixa de investimentos		-	-	-	8
Ganho ou perda na rescisão de arrendamento	19	(61)	-	-	-
Perda na venda de controlada	1.1	7.641	-	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado		14.846	4.463	-	-
Impostos diferidos		(1.473)	(477)	-	-
Participação de não controladores		36	(15)	-	-
		163.035	247.625	207	9.540
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		-	(189)	-	-
Contas a receber de clientes		(135.741)	10.114	-	-
Estoques		(28.344)	141	-	-
Impostos a recuperar		(8.102)	2.255	256	(350)
Outras contas a receber		9.364	(9.965)	582	(1.239)
Depósitos judiciais		465	(4.618)	(4)	191
Fornecedores		19.894	(17.047)	(799)	668
Comissões a pagar		2.585	45	-	-
Impostos a pagar		-	(9.931)	-	-
Impostos e contribuições sociais		8.410	4.487	14	2.641
Salários e férias a pagar		(9.986)	4.842	(17)	-
Outras contas a pagar		11.002	(9.581)	85	(15)
Provisões realizadas		(5.432)	(9.492)	(131)	(644)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(135.885)	(38.939)	(14)	1.252
Juros pagos	18d	(5.309)	(2.218)	-	-
Pagamento de juros de arrendamento	19	(1.760)	-	-	-
Impostos pagos sobre o lucro		(3.617)	(2.657)	-	(2.657)
		(10.686)	(4.875)	-	(2.657)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.464	203.811	193	8.135
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado (*)	14	(82.305)	(115.958)	-	-
Aplicações financeiras		(86.961)	-	(80.922)	-
Recurso proveniente de alienação de controlada, líquido do caixa	1.1	(2.754)	-	-	-
Pagamento por aquisição de controlada		-	(61.627)	-	-
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		949	946	-	-
Aquisições de intangível	15	(2.630)	(3.439)	-	-
Aumento de participação em investida		-	-	(20)	(26)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(173.701)	(180.078)	(80.942)	(26)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados - Principal	18d	285.779	4.793	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	18d	(22.378)	(22.810)	-	-
Recebimento (pagamentos) de empréstimos com partes relacionadas	18d	702	671	77.161	(5.419)
Pagamento de passivos de arrendamentos	19	(9.794)	(12.572)	-	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		254.309	(29.918)	77.161	(5.419)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		97.072	(6.185)	(3.588)	2.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.164	68.626	3.606	916
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(684)	(277)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		158.552	62.164	18	3.606
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		97.072	(6.185)	(3.588)	2.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(*) O valor de R\$ 2.776 de aquisições de imobilizado não liquidadas em fornecedores não tiveram efeito caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	1.341.725	1.557.664	1.178	13.298
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.338.711	1.546.328	-	-
Outras receitas e despesas	12.607	20.349	1.178	13.298
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(9.593)	(9.013)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(663.173)	(691.256)	(5.396)	(5.031)
Matérias-primas consumidas	(347.752)	(387.077)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(100.629)	(109.490)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(214.766)	(194.655)	(5.396)	(5.031)
Perda/recuperação de valores ativos	(26)	(34)	-	-
Valor adicionado bruto	678.552	866.408	(4.218)	8.267
Retenções	(75.948)	(80.681)	(408)	(418)
Depreciação e amortização	(75.948)	(80.681)	(408)	(418)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	602.604	785.727	(4.626)	7.849
Valor adicionado recebido em transferência	48.408	37.143	39.211	140.362
Resultado de equivalência patrimonial	(2.047)	292	33.319	135.389
Receitas financeiras	46.345	33.552	872	207
Outras	4.110	3.299	5.020	4.766
Valor adicionado total a distribuir	651.012	822.870	34.585	148.211
Distribuição do valor adicionado	651.012	822.870	34.585	148.211
Pessoal	394.501	442.195	829	884
Remuneração direta	265.467	302.938	-	-
Benefícios	52.118	54.627	-	-
FGTS	22.241	24.224	-	-
Comissões sobre vendas	43.698	49.693	-	-
Honorários da diretoria	10.977	10.713	829	884
Impostos, taxas e contribuições	185.562	215.386	1.399	3.921
Federais	154.269	170.413	1.084	3.921
Estaduais	30.303	44.359	-	-
Municipais	990	614	315	-
Remuneração de capitais de terceiros	39.395	22.209	767	341
Juros	38.474	20.530	765	340
Aluguéis	919	1.679	-	-
Outras	2	-	2	1
Remuneração de capitais próprios	31.554	143.080	31.590	143.065
Lucros retidos	31.590	143.065	31.590	143.065
Participações dos acionistas não controladores	(36)	15	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiaí - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas localizadas no Nordeste, nos estados do Ceará e Bahia. A Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades e tem como objetivo a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:

- Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:

- Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
- Calzados Azaléia Colômbia Ltda; e
- Calzados Azaléia Peru S.A.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Olk, Olympikus, Opanka e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Under Armour

1.1 Eventos relevantes durante o exercício de 2020

1.1.1 Venda da Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

Em 31 de março de 2020, a Companhia concluiu a venda da controlada indireta Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Quota e Outras Avenças, celebrado em 07 de Janeiro de 2020, entre suas subsidiárias Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Dok Participações Societárias Ltda.

a. *Contraprestação recebida*

O preço de venda a ser recebido em moeda corrente nacional, pela totalidade de transferências das quotas, correspondeu ao valor do patrimônio líquido ajustado da entidade na data do fechamento.

O preço de alienação inicialmente foi de R\$ 41.493.

Em 09 de dezembro de 2020 houve um terceiro aditivo ao contrato de compra e venda celebrado em 07 de janeiro de 2020 que reduziu o valor da parcela de estoque de R\$ 12.453 para R\$ 7.168, com isso o preço de aquisição ficou em R\$ 36.208. Com essa alteração o cronograma de recebimentos ficou conforme abaixo:

- R\$ 26.140 à vista através da cessão de direitos de recebíveis oriundos da operação SE;
- R\$ 100 à vista;
- R\$ 1.368 pago em 09 de dezembro de 2020;
- R\$ 8.600 em dez parcelas até junho de 2023.

b. *Ativos transferidos*

Todos os ativos e passivos transferidos em 31 de março de 2020, com base no melhor julgamento e estimativas da Administração, estão listados abaixo:

Em milhares de Reais	R\$
Caixa (*)	4.222
Ativo circulante (- caixa)	44.012
Ativo não circulante	16.255
Passivo circulante	(5.997)
Passivo não circulante	<u>(14.643)</u>
Patrimônio líquido	43.849
Contraprestação recebida	36.208
Resultado da operação	(7.641)

As perdas incorridas no valor de R\$ 7.641 na venda da Vulcabras Azaleia SE estão divulgados na nota explicativa 26.

(*) Os valores recebidos da operação foram apresentados líquidos do valor de caixa da controlada vendida.

1.1.2 *Impactos do Covid 19 (coronavírus)*

A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades Governamentais e mensurando os possíveis impactos nos seus negócios. Mesmo diante desse cenário de crise, a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

A Companhia vem adotando diversas medidas que visam à preservação da saúde de seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade onde foram implementadas as seguintes medidas:

- (i) Constituição de um Comitê de Crise para o gerenciamento dos planos de ação com o intuito de minimizar os impactos da COVID-19. Posteriormente, com a retomada das atividades e dos negócios, este grupo de trabalho passou a ser denominado como “Comitê de Oportunidades”;
- (ii) Contenção de despesas com pessoal: Inicialmente houve a paralisação de todas as atividades produtivas com a concessão de férias coletivas no período de 20/03 à 26/04/2020. A retomada operacional, ainda que de forma parcial, ocorreu a partir de 27/04/2020. A Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário dos colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP. A unidade Itapetinga-Bahia, retornou a partir de 27/04 e seguiu até 25/06/2020 com redução de jornada e salários de 70%. Nas unidades de Parobé-RS, Jundiá-SP e São Paulo-SP, o retorno se deu a partir de 04/05/2020, com redução de 25% de jornada e salários. Em Horizonte-Ceará, em atendimento aos decretos governamentais do estado, a retomada da produção só ocorreu a partir de 01/06/2020, também de forma parcial, e seguiu até 25/06/2020 com redução de jornada e salários de 70%. A partir de 26/06/2020, as unidades da Bahia e Ceará retornaram ao ritmo operacional de 100% da sua capacidade;
- (iii) Revisão dos seus planos de investimentos para 2020;
- (iv) Fortalecimento da posição de caixa através de captação de linhas de créditos bancários. No período de março a dezembro de 2020, a Companhia tomou aproximadamente R\$ 285 milhões, de financiamentos e empréstimos.

A Companhia ainda, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02, 03/2020 e 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia não vê riscos relevantes, pois os valores continuam sendo mantidos em bancos de primeira linha (ver nota 29), com liquidez imediata e em aplicações com taxas pré-definidas.
- **Estoques:** A Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. Esta análise foi realizada na data base e o saldo apresentado na nota explicativa 7.

Para que melhor fossem refletidos os impactos da pandemia de COVID-19 nos resultados da Companhia, os custos industriais relativos de mão de obra e custos indiretos de fabricação (CIF) não foram apropriados aos produtos em função da paralisação ou redução de jornada das fábricas, no montante de R\$ 36,4 milhões e foram transferidos para Custo indireto não alocado conforme CPC 16.38, veja nota 23.

- **Contas a receber:** A Companhia mantém análise constante da movimentação do contas a receber para que, caso seja necessário, complemente a provisão para a perda esperada. Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, não há concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis. No auge da pandemia de COVID-19, a Companhia entendendo os reflexos da crise decidiu pela prorrogação automática por 28 dias, de todos os títulos com vencimentos entre 01/04/2020 até 20/04/2020. A política da Companhia de mensuração de perda com clientes está descrita na nota 6c.
- **Empréstimos e financiamentos:** Desde os primeiros impactos da pandemia da COVID-19, a Companhia manteve sua disciplina financeira e buscou reforçar o caixa com aportes realizados junto a linhas de créditos, as quais se encontravam pré-aprovadas, priorizando operações incentivadas e com prazos alongados.
- Para os ativos intangíveis de maior relevância e suscetíveis a efeitos da crise do COVID-19, temos: o fundo de comércio de uma loja da marca Under Armour e o ágio pago na aquisição de participação societária. Estes dois ativos são testados anualmente, seja no confronto com os valores atuais de realização, no caso do fundo de comercio, ou na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas no caso do ágio.

Para o fundo de comércio já há o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável, portanto a Companhia não julga que haja necessidade de novo ajuste no valor.

Para o ágio pago na aquisição de participação societária, embora os efeitos da COVID-19 possam prejudicar os resultados futuros da Companhia, há sobra de valor suficiente para suportar a oscilação. Na última análise do valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios, realizada em 31 de dezembro de 2020, obteve-se um valor recuperável estimado superior ao seu valor contábil. Convém ressaltar que as novas projeções de receita e do lucro líquido a partir do exercício de 2021 consideram a entrada da operação com a marca Mizuno e a saída da Azaleia. Ao comparar a receita projetada para o último ano comparável (2029) das projeções de 2019 e 2020, a Companhia observou que o crescimento na sua maior parte é justificado pelo incremento ocasionado com a troca das operações da Azaleia pela Mizuno. Além disso, para apurar o CAGR (*Compound Annual Growth Rate* ou taxa de crescimento anual) a Companhia sempre toma como base os dados do ano anterior ao período projetado, infelizmente devido aos eventos ocorridos em 2020 em virtude da pandemia de COVID-19, tanto o faturamento quanto o lucro líquido foram muito menores do que os apresentados em 2019 e conseqüentemente inflam as taxas de crescimento dos anos seguintes (ver nota 16).

- Para o valor reconhecido em direito de uso no ativo, que é atrelado aos contratos de locação dos imóveis destinados principalmente as lojas de varejo das marcas da Companhia que operaram com restrições de abertura e de horário de funcionamento durante boa parte do ano de 2020, é prematuro antecipar qualquer perda, pois a Companhia têm intenção de retornar a normalidade da operação das mesmas tão logo tenha a liberação plena por parte dos devidos órgãos reguladores.

Em julho a Companhia retomou a operação das fábricas a 100% da capacidade disponível, seguindo assim no decorrer de todos os meses subsequentes do ano.

É esperado que os efeitos desta pandemia de COVID-19 ainda sejam sentidos por muitos meses, mas a Administração entende que os maiores impactos tenham sido os sofridos de abril à junho.

Diante de tudo a Companhia está segura de sua solidez, sabendo que ainda há muitos desafios pela frente em relação ao consumo e a retomada do cenário macroeconômico. Embora ainda seja muito difícil prever o que irá acontecer, a Companhia tem a convicção de que a força de suas marcas aliada a flexibilidade de seu modelo de negócio, será o diferencial competitivo que a conduzirá a superar rapidamente essa crise.

1.1.3 Operação Mizuno

Em 21 de setembro a Companhia comunicou que suas subsidiárias Vulcabras Azaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (“Subsidiárias”), celebraram um Contrato de Compra e Venda com ALPARGATAS S.A., através do qual comprometem-se a assumir as operações da marca Mizuno no Brasil e a adquirir certos ativos, constituídos, essencialmente, por estoque e ativos imobilizados pelo valor de R\$ 32.500 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), a serem ajustados pelo valor do capital de giro, que será pago da seguinte forma: a) R\$10.000 (dez milhões de reais) até o fechamento da operação, e b) o valor remanescente em até 5 dias úteis após a determinação final do preço.

Como condição ao fechamento da operação acima descrita, as subsidiárias celebrarão com a Mizuno Kabushiki Kaisha (MIZUNO CORPORATION) um contrato de Licenciamento, Distribuição e Comercialização exclusiva de produtos da marca “Mizuno” (“Master Distributor and License Agreement”). Através desse contrato, que ensejará o pagamento de royalties à Mizuno Corporation, as Subsidiárias poderão (i) desenvolver e produzir produtos da marca “Mizuno”, incluindo calçados, vestuários e acessórios, (ii) distribuir em território nacional os produtos da marca “Mizuno”, (iii) comercializar os produtos da marca “Mizuno”, diretamente ao consumidor, através de lojas próprias e/ou através do canal de venda eletrônica (www.mizuno.com.br), por um prazo que será superior a 10 anos.

A operação se dará em duas etapas:

- Na primeira etapa a Companhia através de suas subsidiárias Vulcabras Azaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., assumirá as operações das vendas para o varejo da marca Mizuno no Brasil pelo período de 12 anos mediante ao pagamento de royalties à Mizuno calculado sobre as receitas dessas vendas.
- Na segunda etapa, prevista para ocorrer no dia 31 de março de 2021, as subsidiárias assumirão, também, as operações do e-commerce e das lojas Mizuno no Brasil.

A Mizuno é uma marca com presença mundial, com forte reconhecimento na categoria de *running*, com amplo portfólio de produtos de alta performance para todos os níveis de atletas. Dentro da estratégia da Vulcabras os produtos Mizuno complementarão o portfolio de produtos da Companhia, se posicionando no topo da pirâmide de preços, atingindo públicos específicos que as outras marcas não atingem.

1.1.4 Licenciamento marca Azaleia

Em 24 de setembro de 2020, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração aprovou, com a abstenção dos conselheiros membros do grupo controlador, o licenciamento da marca “Azaleia” pela subsidiária Vulcabras Azaleia – RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. à Grendene S.A. (parte relacionada - “Grendene”), para produção e comercialização de calçados femininos em geral no Brasil e em qualquer outro país do mundo, exceto Peru, Chile e Colômbia (“Território”), pelo prazo de 3 anos, iniciando em 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por um período adicional de outros 3 anos.

Com o licenciamento da marca “Azaleia”, a Grendene passará a utilizar referida marca nos produtos a serem por ela produzidos e comercializados, cabendo-lhe, inclusive, a criação de designs para os mesmos. Não há e não haverá qualquer solidariedade entre a Companhia e a Grendene com relação às suas respectivas atividades e obrigações junto a quaisquer terceiros.

A remuneração da Companhia pela licença de uso da marca será paga pela Grendene com base em um percentual das receitas operacionais líquidas mensais dos produtos (*royalties*), em condições equitativas de acordo com os padrões atualmente praticados pelo mercado e pela Companhia com outros licenciadores.

1.1.5 Cessão marca Dijean

Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a venda da marca Dijean conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Marca e Outras Avenças, celebrado nesta data, entre sua subsidiária Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Dok Participações Societárias Ltda.

a. Contraprestação recebida

Em contrapartida pela cessão e transferência das marcas, a Companhia receberá os seguintes valores ("Preço de aquisição"):

- R\$ 1.000 à vista;
- 1% da receita líquida apurada resultante da venda dos produtos ou serviços que envolvam a marca a título de *pagamento* até 15 de dezembro de 2020.

Os ativos transferidos estão divulgados na nota explicativa 15.

1.2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	País	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	-	-	100	100	100	100
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	0,22	0,23	99,78	99,77	100	100
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Brasil	-	-	100	100	100	100
Globalcyr S.A.	Uruguai	1,55	1,55	98,45	98,45	100	100
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (*)	Brasil	-	-	-	100	-	100
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Brasil	-	-	99,99	99,99	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. (*)	Brasil	-	-	-	100	-	100
Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.	Colômbia	-	-	100	100	100	100
Calzados Azaleia Peru S.A.	Peru	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

(*) Em março de 2020 concretizou-se a venda da controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. conforme comentado na nota explicativa 1.1.1. E em 18 de dezembro de 2020 foi aprovada a incorporação da Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. pela controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A..

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos. Iniciou suas atividades em 25 de julho de 2013 com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, sob a denominação de UA BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., sendo uma sociedade afiliada da Under Armour, Inc, tendo sido adquirida pela Vulcabras Azaleia CE em 01 de outubro de 2018.

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A. iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados femininos. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Calzados Azaleia Peru S.A.

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As empresas no exterior tem como moeda funcional o Dólar e o Peso Colombiano e foi realizada a conversão de balanços para a apresentação em real.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.b** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 3.e** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa 19** - prazo de arrendamento: se a Companhia e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** – Contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- **Nota explicativa 7** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação;
- **Nota explicativa 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - propriedade para investimento; e
- **Nota explicativa 29** - instrumentos financeiros.

2.4 Mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos de dívida a VJORA que são mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Base de consolidação

a. *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

d. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

e. Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

f. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

3.3 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ao cliente. Nesse contexto a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

Para vendas que são permitidas devoluções de mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de devoluções.

3.4 Benefícios a empregados

a. *Benefícios de curto prazo à empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b. *Acordo para pagamento baseado em ações*

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

3.5 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como deduções da receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

3.6 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.7 Impostos

a. *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

b. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Diferido*

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 14. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.10 Ativo intangível e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) **Amortização**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.11 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. O seu valor justo é mensurado e devidamente divulgado. Ver nota 13.

3.12 Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ativos financeiros a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócios

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.14 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que um ativo financeiro aumentou significativamente se esse:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Em cada data de reporte, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou recuperação judicial; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.16 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.17 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.2(b)).

Quando disponível a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3), com entrada em vigor em 01 de janeiro de 2020.
- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alteração ao CPC 25/IAS 37), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022.
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2021.
- Concessões de aluguel relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16), com entrada em vigor em 01 de junho de 2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), com entrada em vigor prevista para 01 de janeiro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente	2.197	606	3	3
CDB pós fixados (Invest Fácil)	10.183	8.334	15	73
CDB pós fixados (*)	133.494	43.941	-	3.530
Debêntures	-	4.000	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	12.678	5.283	-	-
	158.552	62.164	18	3.606

(*) O variação se deu pelo incremento de caixa, principalmente em função da liberação de novos empréstimos.

O saldo de conta corrente, é representado por depósitos bancários, sem a incidência de juros.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, estão representadas por investimentos de curto prazo, possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, independente do seu vencimento, sem perdas de seus rendimentos.

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (Invest Fácil) são realizadas automaticamente, conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia e de suas controladas. A rentabilidade é de 10% a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados de 97,0% a 101,25% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (97,5% a 98,75% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Vide nota 29 sobre a exposição de risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados (*)	85.784	-	80.949	-
Fundos de investimentos – renda fixa	4.301	2.529	2	2
Fundo de investimento em ações	458	294	-	-
	90.543	2.823	80.951	2
Circulante	80.949	-	80.949	-
Não circulante	9.594	2.823	2	2

Parte dos CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário) no montante de R\$ 4.835, não possui liquidez, pois está vinculada às garantias em contratos de financiamento (BNB) remuneradas a 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020, já o montante de R\$ 80.949 é remunerado de 99,5% a 100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e está classificado em Aplicações Financeiras de curto prazo por abranger exclusivamente as aplicações da Controladora e não haver expectativa de resgate no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora não possuía CDBs sem expectativa de resgate no curto prazo.

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa remuneram de 70% a 120,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (de 112% a 132% do CDI em 31 de dezembro de 2019), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB).

Os fundos de investimentos em ações são ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente. As mesmas foram valorizadas de acordo com a cotação da B3, na data do balanço.

6 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber		
No país:		
Clientes	594.927	467.082
No exterior:		
Clientes	<u>29.706</u>	<u>23.373</u>
Subtotal do contas a receber de clientes	<u>624.633</u>	<u>490.455</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	<u>(50.529)</u>	<u>(42.078)</u>
Total do contas a receber de clientes, líquido (*)	<u><u>574.104</u></u>	<u><u>448.377</u></u>

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a concentração de faturamento a partir do segundo semestre com prazos médios superiores a 100 dias contribuíram para o aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019 devido a paralisação geral dos negócios pelos efeitos da pandemia de COVID-19.

b. Por vencimento

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer		
1 a 30 dias	143.662	138.451
31 a 60 dias	171.540	130.738
61 a 90 dias	123.248	80.169
Acima de 90 dias	<u>140.547</u>	<u>93.308</u>
	<u>578.997</u>	<u>442.666</u>
Vencidos		
1 a 30 dias	5.250	8.939
31 a 60 dias	616	1.412
61 a 90 dias	454	336
Acima de 90 dias	<u>39.316</u>	<u>37.102</u>
	<u>45.636</u>	<u>47.789</u>
	<u><u>624.633</u></u>	<u><u>490.455</u></u>

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera.

Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno estão divulgados na nota explicativa 22. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 50.529 (R\$ 42.078 em 31 de dezembro de 2019) que decorre dos critérios descritos no item (c).

c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (*impairment*)

A análise de concessão de crédito para os clientes é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia e de suas controladas, para o qual existe a exigência de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro.

Além da análise individual de cada cliente em atraso, a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda esperada com contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes como, por exemplo, por região geográfica, linha de produto ou tipo de cliente, risco de crédito, entre outros.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perdas histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perdas. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas para o próximo ano, o que pode levar a um aumento na inadimplência, as taxas de perda esperadas são ajustadas, quando julgado necessário. Em todas as datas de fechamento contábil, as taxas de perda são atualizadas e a necessidade de mudanças nas estimativas prospectivas é avaliada.

O critério utilizado para a constituição de perdas para redução ao valor recuperável é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

A Companhia e suas controladas fazem análise individual de cada cliente. Para clientes em situação de recuperação judicial (RJ), a Companhia tem política de provisionar para perda esperada o montante de 40% do saldo em aberto para os clientes com perfil de reestruturação financeira e para os que não têm o mesmo perfil é aplicado 100% sobre o saldo em aberto.

d. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(42.078)	(33.143)
Complemento de provisão	(21.410)	(14.351)
Recuperação de provisões	12.959	5.416
Saldo final	(50.529)	(42.078)

Dada a capilaridade da distribuição de vendas e a política de crédito da Companhia, a concentração de clientes nas vendas ou na carteira de recebíveis é menor que 14%. De tal forma que, ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2020, não houve alteração significativa na participação ou concentração nos principais clientes advinda dos efeitos da pandemia de COVID-19 (ver nota 1.1.2).

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia e suas controladas julgaram que os efeitos dos ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes são imateriais, devido o curto prazo de recebimento. O prazo médio de recebimento desses créditos é de aproximadamente 79 dias em 31 de dezembro de 2020 (75 dias em 31 de dezembro de 2019).

A exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota 29.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados (*)	28.418	63.490
Mercadoria para revenda (**)	95.142	61.270
Produtos em elaboração	28.139	25.341
Matérias primas	67.242	56.769
Material de embalagem e almoxarifado	20.865	23.512
Mercadorias em trânsito	15.269	9.124
Importações em andamento	1.849	1.732
	256.924	241.238

- (*) A redução se deu pelo aquecimento da demanda de todo o segundo semestre de 2020, proporcionando vender toda a produção realizada neste período e ainda parte dos estoque existentes.
- (**) O aumento se deu em decorrência da estratégia da Companhia para atendimento da demanda do último trimestre de 2020 e para prevenção do aumento dos preços de matérias-primas previstos para o início de 2021

a. Critérios de mensuração da provisão (*impairment*)

As controladas da Companhia, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas de produtos acabados e revendas é de R\$ 6.578 (R\$ 15.271 em 31 de dezembro de 2019), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 21.197 (R\$ 16.597 em 31 de dezembro de 2019) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 3.908 (R\$ 8.367 em 31 de dezembro de 2019).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 647.734 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 732.740 em 31 de dezembro de 2019).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(40.235)	(52.139)
Adições do exercício	(19.179)	(14.215)
Reversão de provisão (*)	27.731	26.119
Saldo final	(31.683)	(40.235)

(*) Em 31 de março de 2020 tivemos uma baixa no valor de R\$ 8.461 pela venda da controlada indireta Vulcabras Azaleia SE.

8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	9.707	4.878	20	20
IPI	514	1.103	-	-
PIS/COFINS (*)	9.683	12.522	-	76
FINSOCIAL	2.359	2.349	1.805	1.794
Reintegra	460	550	-	-
Outros	2.394	1.065	543	535
	25.117	22.467	2.368	2.425
Circulante	18.330	14.723	563	631
Não circulante	6.787	7.744	1.805	1.794

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controlada Vulcabras Distribuidora registrou crédito extemporâneo de R\$ 3.359 referente a habilitação junto à Receita Federal do Brasil do crédito de uma de suas ações de recuperação de Pis/Cofins sobre a tese de exclusão do ICMS, que transitou em julgado. No exercício foi reconhecido o montante de R\$ 3.400 sendo, R\$ 1.805 de valor principal, reconhecido em “Outras Receitas Operacionais”, e, R\$ 1.595 referente atualização financeira, reconhecido como “Receita Financeira”. O valor reconhecido se refere ao cálculo do valor “incontroverso”.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda - antecipação

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda – antecipação	5.108	4.580	154	353
	5.108	4.580	154	353

b. Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(2.406)	(2.850)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	1.359	330
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(1.047)	(2.520)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.359	330
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.406)	(2.850)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado na nota 9c. A alíquota utilizada na apuração do imposto foi de 34%:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(4.681)	(3.816)
	(4.681)	(3.816)

c. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado	
	IRPJ / CSLL	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.235	146.896
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	12.320	49.945
Despesas não dedutíveis	2.713	1.357
Reintegra (a)	(22)	(17)
Incentivos fiscais - estaduais (b)	(40.286)	(43.909)
Incentivo a inovação tecnológica	-	(7.075)
Efeitos cambiais	(1.044)	(38)
Incentivo de IRPJ	-	(1.536)
Receita com exportação	(2.430)	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(1.742)	-
Controladas estrangeiras	-	249
Outras adições/exclusões (c)	5.095	-
Prejuízo fiscal não constituído e ajuste de equalização de taxas de controladas (d)	30.077	4.840
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.681	3.816
Taxa efetiva (e)	12,92%	2,60%

(a) Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras.

(b) Vide descrição dos benefícios tributários na nota 31.

(c) Os valores mais relevantes referem-se as adições de provisões não dedutíveis R\$ 10.193 e exclusões de PECLD R\$ 4.388.

- (d) Na alíquota efetiva consolidada há empresas que estão com prejuízo contábil e fiscal, e portanto não há imposto a ser pago, mas o prejuízo destas está no saldo consolidado e foi considerado no lucro líquido no início da nota. Portanto, nesta linha é excluído o efeito das adições e exclusões das empresas que não tiveram imposto a pagar.
- (e) Taxa efetiva sobre o lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social de investida.

d. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. A Companhia e suas controladas não registram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

31/12/2020							
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2020	362.622	622.101	80.736	329.364	35.104	142.326	1.572.253
Base negativa de contribuição social em 31.12.2020	1.162.515	634.122	80.736	329.364	35.104	144.441	2.386.282

31/12/2019									
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2019	354.753	623.268	125.131	85.021	223.055	288.912	28.646	141.067	1.869.853
Base negativa de contribuição social em 31.12.2019	1.123.312	635.291	125.228	85.021	255.842	288.912	28.646	143.182	2.685.433

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (nota 20), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais				
Cíveis	487	476	20	19
Trabalhistas	14.593	17.476	402	401
Tributários	-	-	121	119
Total	<u>15.080</u>	<u>17.952</u>	<u>543</u>	<u>539</u>

a. Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade, danos morais e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora *online* de parte dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução.

b. Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

c. Tributário

Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas na Colômbia, Brasil e Peru, além de transações de mútuos com controladas.

Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Controladora e controladora final

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

b. Transações com controladora

As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	Vulcabras Azaleia CE	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras Azaleia BA	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Mútuo com controladas	-	120.602	-	120.602	-
Passivo					
Mútuo com controladas (*)	150.609	-	47.154	197.763	-
Resultado					
Resultado financeiro	(609)	602	(154)	(161)	(289)

(*) Os contratos de mútuos são corrigidos a 100% do CDI e não possuem incidência de IOF conforme decreto 10.504/2020, a vigência dos contratos é de cinco anos.

c. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Vulcabras Azaleia RS	Globalcyr	Calçados Azaleia Colômbia	Calçados Azaleia Peru.	Vulcabras Azaleia SP.	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras Azaleia BA	Vulcabras Azaleia SE	Distribuidora Cruzeiro do Sul	31/12/2020	31/12/2019
Ativo											
Contas a receber	-	-	2.040	173	38.625	-	701	-	904	42.443	8.894
Outros créditos	-	-	-	-	131	243	2.075	-	120	2.569	5.724
Passivo											
Contas a pagar	-	-	-	-	-	90	60	-	-	150	2.776
Outros débitos	-	-	-	-	-	-	19	-	-	19	20.729
Resultado										31/12/2020	31/12/2019
Resultado financeiro	(93)	8	-	-	-	-	-	-	-	(85)	342
Venda Intercompany	-	-	1.654	3.578	39.687	-	14.250	81	2.078	61.328	50.530
Compra Intercompany	-	-	-	-	-	(1.313)	(8.972)	(26)	(125)	(10.436)	(9.946)

Os saldos com partes relacionadas são eliminados para efeito de apresentação consolidada. A principal natureza das transações refere-se a operações de compra e venda de calçados e confecções.

d. Remuneração da Administração

Em 24 de julho de 2020, a Companhia, em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 12.788, a remuneração global anual dos Administradores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, a Companhia pagou remuneração aos seus Administradores no montante de R\$ 10.977 (R\$ 10.713 em 31 de dezembro de 2019).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas não pagaram às suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

e. Outras transações com partes relacionadas

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. através da sua controlada indireta Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui mútuo a pagar para a Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. no valor de R\$ 17.632 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 16.930 em 31 de dezembro de 2019) remunerados em 4% a.a. (4% a.a. e pela TJLP + 2% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

12 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes líquido de perdas:				
Em controladas	-	-	1.115.038	1.076.837
Em coligadas	59.999	62.046	-	-
Provisão para perdas com investimento	-	-	(124)	(95)
Total	59.999	62.046	1.114.914	1.076.742

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 50% em 31 de dezembro de 2020 (50% em 31 de dezembro de 2019) na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% em 31 de dezembro de 2020 (100% em 31 de dezembro de 2019) na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	62.046	61.754	1.076.742	939.300
Equivalência patrimonial	(2.047)	292	33.319	135.389
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	4.648	2.017
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	185	2
Baixa de investimento	-	-	-	8
Aumento de participação em investida	-	-	20	26
Saldos finais	<u>59.999</u>	<u>62.046</u>	<u>1.114.914</u>	<u>1.076.742</u>

c. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administración S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo total	1.550.825	1.248.255	205.833	51.941	-	-	2	1	-	-
Passivo total	435.849	171.451	175.311	35.269	-	-	8.030	6.150	-	-
Capital social	1.363.676	1.363.676	96.045	86.045	-	-	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	693.214	790.850	100.359	71.406	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	33.312	135.431	3.850	(15.995)	-	(86)	(100)	(76)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	537.467	537.467	200	200	-	-	10	10	-	-
Patrimônio líquido	1.114.976	1.076.804	30.522	16.672	-	-	(8.028)	(6.148)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	0,22%	0,23%	-	3,96%	1,54%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	1.114.971	1.076.798	67	39	-	-	-	-	1.115.038	1.076.837
Provisão para passivo para perda com investimento	-	-	-	-	-	-	(124)	(95)	(124)	(95)
Resultado de equivalência patrimonial	33.312	135.430	8	(37)	-	(3)	(1)	(1)	33.319	135.389

d. Dados sobre as participações indiretas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:

(i) Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
31/12/2020									
Ativo total	-	205.833	99.350	2	450.982	17.160	12.752	57.757	119.441
Passivo total	-	175.311	68.842	8.030	109.073	27.834	20.787	23.380	1
Capital social	-	96.045	402.984	1.056	459.929	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	-	30.522	30.508	(8.028)	341.909	(10.674)	(8.035)	34.377	119.440
Receita líquida	1.538	100.359	73.523	-	374.063	21.429	14.092	42.288	-
Resultado do exercício	26.503	3.850	(31.196)	(100)	44.430	(6.584)	(4.065)	(4.083)	(4.094)
Participação no capital social	100,00%	99,78%	100,00%	98,45%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%
31/12/2019					Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.		Globalcyr S.A.
Ativo total					399.239	51.941	92.416		1
Passivo total					40.634	35.269	30.712		6.150
Capital social					503.549	86.045	402.984		1.056
Patrimônio líquido					358.605	16.672	61.704		(6.148)
Receita líquida					1.755	71.406	77.672		-
Resultado do exercício					49.790	(15.995)	12.529		(76)
Participação no capital social					100,00%	99,73%	100,00%		98,45%

(*) Participação indireta

(ii) **Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.**

31/12/2019	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
Ativo total	365.189	78.790	14.080	13.471	43.396	123.535
Passivo total	67.788	37.661	18.169	16.017	11.903	1
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072	36.116
Patrimônio líquido	297.401	41.129	(4.090)	(2.547)	31.492	123.534
Receita líquida	369.507	79.038	21.562	18.033	63.406	-
Resultado do exercício	39.555	12.538	(4.546)	(2.039)	1.546	583
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%	50,00%

(*) Participação indireta

13 Propriedade para investimentos

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	10.624	10.624	10.574	10.574
Depreciação (*)	(8.503)	(8.094)	(8.459)	(8.052)
Total Geral	2.121	2.530	2.115	2.522

(*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4% (4% em 31 de dezembro de 2019), registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

b. Movimentação da depreciação

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Edificações	(8.094)	(409)	(8.503)
Total	(8.094)	(409)	(8.503)

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,06 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor justo, conforme avaliação por empresas especializadas, é de R\$ 67.240 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 67.400 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 5.020 (R\$ 4.766 em 31 de dezembro de 2019) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A mensuração do valor justo das propriedades para investimento foi classificada como nível 3 com base nos *inputs* utilizados.

14 Imobilizado

a. Composição da conta

Em 31 de dezembro de 2020

		Consolidado					
		31/12/2020			31/12/2019		
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	2 a 4	130.375	(87.487)	42.888	127.881	(83.552)	44.329
Máquinas e equipamentos	10	362.699	(270.166)	92.533	362.297	(276.247)	86.050
Moldes	100	262.557	(250.588)	11.969	272.492	(249.011)	23.481
Móveis e utensílios	10 a 20	32.131	(23.665)	8.466	32.099	(23.541)	8.558
Veículos	20	2.241	(1.939)	302	2.258	(1.918)	340
Equipamentos de computação	20 a 25	28.606	(22.771)	5.835	27.810	(22.058)	5.752
Terrenos	-	3.486	-	3.486	3.490	-	3.490
Obras em andamento	-	3.541	-	3.541	-	-	-
Instalações	10	127.027	(62.652)	64.375	112.686	(54.327)	58.359
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	89	(89)	-
Importações em andamento	-	5.309	-	5.309	2.279	-	2.279
Benfeitorias em propriedade arrendadas	20	1.524	(664)	860	3.537	(2.459)	1.078
Outros	10 a 20	3.356	(1.609)	1.747	2.463	(1.059)	1.404
		962.941	(721.630)	241.311	949.381	(714.261)	235.120

b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2020

Consolidado

	31/12/2018					31/12/2019					31/12/2020					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	126.647	1.078	-	-	156	127.881	828	-	-	1.666	130.375					
Máquinas e equipamentos	343.117	12.878	(12.982)	19.284	-	362.297	10.145	(27.926)	18.183	-	362.699					
Moldes	234.741	43.142	(7.906)	2.515	-	272.492	22.720	(33.195)	540	-	262.557					
Móveis e utensílios	29.357	2.839	(183)	-	86	32.099	1.459	(2.076)	-	649	32.131					
Veículos	2.198	101	(54)	-	13	2.258	115	(238)	1	105	2.241					
Equipamentos de computação	26.040	1.823	(169)	-	116	27.810	1.579	(1.766)	-	983	28.606					
Terrenos	3.490	-	-	-	-	3.490	-	(5)	1	-	3.486					
Moldes em andamento	318	4.148	(1.994)	(2.472)	-	-	740	(199)	(541)	-	-					
Obras em andamento	208	752	(986)	-	26	-	4.182	(719)	-	78	3.541					
Instalações	86.915	26.085	(314)	-	-	112.686	18.147	(3.806)	-	-	127.027					
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	-	89	-	-	-	-	89					
Importações em andamento	2.076	22.356	(2.826)	(19.327)	-	2.279	24.884	(3.670)	(18.184)	-	5.309					
Benfeitorias em propriedade arrendada	3.212	325	-	-	-	3.537	79	(2.092)	-	-	1.524					
Outros	2.374	431	(408)	-	66	2.463	203	-	-	690	3.356					
	860.782	115.958	(27.822)	-	463	949.381	85.081	(75.692)	-	4.171	962.941					

c. Movimentação da depreciação

Em 31 de dezembro de 2020

Consolidado

	31/12/2018		31/12/2019				31/12/2020				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	(80.015)	(3.491)	-	-	(46)	(83.552)	(3.561)	-	-	(374)	(87.487)
Máquinas e equipamentos	(274.329)	(13.422)	11.503	-	1	(276.247)	(14.399)	20.481	-	(1)	(270.166)
Moldes	(216.358)	(38.256)	5.603	-	-	(249.011)	(32.218)	30.641	-	-	(250.588)
Móveis e utensílios	(22.159)	(1.416)	78	-	(44)	(23.541)	(1.444)	1.677	-	(357)	(23.665)
Veículos	(1.805)	(158)	54	-	(9)	(1.918)	(144)	205	-	(82)	(1.939)
Equipamentos de computação	(20.593)	(1.541)	145	-	(69)	(22.058)	(1.736)	1.566	-	(543)	(22.771)
Instalações	(47.227)	(7.101)	1	-	-	(54.327)	(9.522)	1.197	-	-	(62.652)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(2.181)	(278)	-	-	-	(2.459)	(292)	2.087	-	-	(664)
Outros	(1.023)	(186)	182	-	(32)	(1.059)	(254)	1	-	(297)	(1.609)
	(665.779)	(65.849)	17.566	-	(199)	(714.261)	(63.570)	57.855	-	(1.654)	(721.630)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

15 Intangível

a. Composição da conta

Em 31 de dezembro de 2020

		Consolidado					
		31/12/2020			31/12/2019		
Vida útil definida	Prazo de vida útil	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Software	5 anos	39.040	(32.218)	6.822	36.413	(30.421)	5.992
Cessão de direito	Prazo contratual	531	(391)	140	391	(280)	111
Fundo de comércio	Prazo contratual	1.873	-	1.873	10.976	-	10.976
Provisão para redução ao valor recuperável (*)	Prazo contratual	(199)	-	(199)	(4.047)	-	(4.047)
Vida útil indefinida							

b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2020				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2020
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	36.413	2.588	(264)	303	39.040
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	391	42	-	98	531
Fundo de comércio (*)	Prazo contratual	Linear	10.976	-	(9.103)	-	1.873
Impairment Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	(4.047)	-	3.848	-	(199)
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes (**)			2.194	-	(127)	-	2.067
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
Total			<u>244.141</u>	<u>2.630</u>	<u>(5.646)</u>	<u>401</u>	<u>241.526</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2020 tivemos a baixa por alienação de duas lojas no valor de R\$ 9.103, as consequências dessa baixa também afetaram a provisão de impairment no valor de R\$ 3.848.

(**) A baixa de R\$ 127 refere-se a venda da marca Dijean conforme divulgado na nota explicativa 1.1.5.

Em 31 de dezembro de 2019				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	33.009	3.371	-	33	36.413
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	625	61	(287)	(8)	391
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	10.976	-	-	-	10.976
Impairment Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	(4.047)	-	-	-	(4.047)
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes			2.187	7	-	-	2.194
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
Total			<u>240.964</u>	<u>3.439</u>	<u>(287)</u>	<u>25</u>	<u>244.141</u>

c. Movimentação da amortização

Em 31 de dezembro de 2020				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2020
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	(30.421)	(1.792)	130	(135)	(32.218)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(280)	(47)	-	(64)	(391)
Total			<u>(30.701)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>130</u>	<u>(199)</u>	<u>(32.609)</u>

Em 31 de dezembro de 2019				Consolidado			
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida							
Software	5 anos	Linear	(28.638)	(1.785)	18	(16)	(30.421)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(519)	(59)	294	4	(280)
Total			<u>(29.157)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>312</u>	<u>(12)</u>	<u>(30.701)</u>

d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, apresentados na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, não são amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 16.

16 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Nenhum indício de perda para redução ao valor recuperável foi identificado em 31 de dezembro de 2020.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis não há possibilidade de separar uma UGC (Unidade Geradora de Caixa) e apontá-la como a geradora de caixa exclusiva em função da compra da Azaleia, desde a aquisição, as operações das duas Companhias se fundiram e se tornou impossível distinguir quais são as receitas geradas em virtude dos ativos exclusivos adquiridos na compra da Azaleia, desta forma considera-se a Companhia e suas controladas como uma única unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 7,73% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (8,54% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 9,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (3,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) entre os exercícios de 2020 e 2030. A variação em relação ao ano anterior está comentada na nota 1.1.2.(iv).

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi definida a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.

Despesas

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

Lucro Líquido e Geração de Caixa Livre

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 34,50% a.a. (8,35% a.a. em 31 de dezembro de 2019) entre os exercícios de 2020 a 2030. O menor valor da base inicial (ano 2020 - vide nota 1.1.2 IV) e o ganho de resultado com a aquisição da operação da Mizuno, influenciou de maneira significativa na composição do CAGR (Compound Annual Growth Rate ou taxa de crescimento anual) do período.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

O valor em uso foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 3.755bi em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.804bi em 31 de dezembro de 2019).

17 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores				
No país				
Diversos	56.355	38.374	289	1.088
No exterior				
Diversos	6.102	2.619	-	-
	62.457	40.993	289	1.088

b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer		
1 a 30 dias	51.198	31.927
31 a 60 dias	8.603	7.326
61 a 90 dias	1.245	730
Acima de 90 dias	1.397	1.000
	62.443	40.983
Vencidos		
1 a 30 dias	14	10
	14	10
	62.457	40.993

Dada a característica dos produtos e a cadeia de suprimentos da Companhia, é constatada a ampla oferta de matéria-prima, suprimentos e fornecedores, de tal forma que a Companhia não apresenta concentração da carteira de fornecedores.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 37 dias em 31 de dezembro de 2020 (39 dias em 31 de dezembro de 2019), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

18 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

	Taxa de juros 2020	Taxa de juros 2019	Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional				
Ativo fixo	IPCA + 2,04% a.a	IPCA + 2,04% a.a.	77.561	40.679
Incentivo fiscal	TJLP	TJLP	2.276	2.374
Capital de Giro	IPCA + 2,07% a.a/ CDI + 3,05% a 3,55% a.a / 180% CDI a.a.	-	205.221	-
			285.058	43.053
Moeda estrangeira				
Financiamento de exportação				
Finimp	Taxa Fixa 7,10% a a 7,20% a.a.	-	16.451	-
Capital de Giro	Taxa Fixa 1,18% a.a.	-	10.120	-
			26.571	-
Total dos empréstimos e financiamentos			311.629	43.053
Circulante			127.894	3.264
Não circulante			183.735	39.789

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	127.894	41%	3.264	8%
2020	-	0%	3.264	8%
2021	127.894	41%	7.568	18%
2022	93.056	30%	7.519	16%
2023	55.819	18%	6.737	16%
2024	13.072	4%	6.737	16%
2025	13.072	4%	6.737	16%
2026	8.715	3%	4.491	10%
Não circulante	183.735	59%	39.789	92%
Total	311.629	100%	43.053	100%

b. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, garantia fidejussória e aval de empresa controladora, hipoteca das plantas de Horizonte-CE e Itapetinga-BA e alienação de máquinas e equipamentos adquiridos com o financiamento.

c. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados e objetivos alçados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas cláusulas são controladas e foram plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. Não temos cláusulas restritivas para empréstimos de capital de giro.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Passivo			Total
	Empréstimos e financiamentos	Mútuos c/ partes relacionadas	Passivo de arrendamentos	
Saldo em 1 de janeiro de 2020	43.053	16.930	15.845	75.828
Varição fluxo de caixa de financiamento				
Empréstimos tomados – Principal	285.779	-	-	285.779
Mútuos c/ partes relacionadas	-	702	-	702
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	-	-	(9.794)	(9.794)
Pagamento de empréstimos tomados – Principal	(22.378)	-	-	(22.378)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	263.401	702	(9.794)	254.309
Outras variações relacionadas com passivos				
Juros pagos	(5.309)	-	(1.760)	(7.069)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	675	-	-	675
Adições / reajustes de contratos	-	-	17.000	17.000
Descontos de arrendamento	-	-	(1.373)	(1.373)
Juros provisionados	-	-	2.835	2.835
Baixa de arrendamento	-	-	(4.223)	(4.223)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	9.809	-	-	9.809
Total de outras variações relacionadas com passivos	5.175	-	12.479	17.654
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311.629	17.632	18.530	347.791

	Passivo			Total
	Empréstimos e financiamentos	Mútuos c/ partes relacionadas	Passivo de arrendamentos	
Saldo em 1 de janeiro de 2019	60.006	16.259	28.417	104.682
Varição fluxo de caixa de financiamento				
Empréstimos tomados – Principal	4.793	-	-	4.793
Mútuos c/ partes relacionadas	-	671	-	671
Pagamento de passivo de arrendamentos financeiros	-	-	(12.572)	(12.572)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(22.810)	-	-	(22.810)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(18.017)	671	(12.572)	(29.918)
Outras variações relacionadas com passivos				
Juros pagos	(2.218)	-	-	(2.218)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	770	-	-	770
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	2.512	-	-	2.512
Total de outras variações relacionadas com passivos	1.064	-	-	1.064
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.053	16.930	15.845	75.828

19 Arrendamentos

a. Arrendamentos mercantis operacionais (*)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Direito de Uso		
Saldo inicial	15.845	-
Adoção inicial - IFRS 16	-	23.357
Adições / reajustes	14.965	5.060
Baixa	(4.162)	-
Amortização (**)	(11.503)	(12.572)
Saldo final	15.145	15.845
	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de Arrendamento		
Saldo inicial	15.845	-
Adições / reajustes	17.000	28.417
Juros Provisionados	2.835	-
Baixa	(4.223)	-
Pagamento de principal (***)	(11.167)	(12.572)
Juros	(1.760)	-
Saldo final	18.530	15.845
Circulante	8.343	7.798
Não circulante	10.187	8.047

(*) Foi utilizada a taxa de financiamento habitacional divulgada pelo Banco Central do Brasil de dezembro/18 de 0,77% ao mês. Foi considerada a média de todas as instituições financeiras.

(**) Na amortização reconhecida no resultado tivemos um valor menor de R\$ 10.130 devido as concessões de descontos de R\$ 1.373, em função do expediente prático do CPC 06/IFRS 16.

(***) O desconto de R\$ 1.373 que deduz o valor do pagamento apresentado na DFC não têm efeito na baixa do passivo de arrendamento.

Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
2021	-	0%	4.726	59%
2022	5.993	59%	2.616	32%
2023	2.465	24%	705	9%
2024	1.190	12%	-	0%
2025	539	5%	-	0%
Total	10.187	100%	8.047	100%

Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional.

20 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25/IAS 37, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais e administrativas:				
Cíveis	18.919	20.107	82	510
Trabalhistas	36.982	36.254	507	229
Tributárias	662	148	176	119
Total	56.563	56.509	765	858
Circulante	22.021	18.326	765	405
Não circulante	34.542	38.183	-	453

b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade e doença ocupacional. O efeito da provisão para perda com ações trabalhistas é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

c. Ações cíveis (Consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais. O efeito da provisão para perda com ações cíveis é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se a ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS. O efeito da provisão para perda com ações tributárias é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

e. Movimentação dos processos

Em 31 de dezembro de 2020

Consolidado

Natureza	31/12/2018		31/12/2019				31/12/2020				
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Ajuste para apresentação líquida(**)	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Ajuste para apresentação líquida(**)	Saldo final
Cíveis	20.250	74	(187)	(30)	-	20.107	1.210	(2.206)	(192)	-	18.919
Trabalhistas	51.282	19.798	(14.476)	(7.719)	(12.631)	36.254	5.136	(4.618) (*)	(1.336)	1.546	36.982
Tributárias	9.480	9.174	(1.344)	(1.743)	(15.419)	148	802	(215)	(1.137)	1.064	662
Total	81.012	29.046	(16.007)	(9.492)	(28.050)	56.509	7.148	(7.039)	(2.665)	2.610	56.563

Em 31 de dezembro de 2020

Controladora

Natureza	31/12/2018		31/12/2019				31/12/2020				
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final		
Cíveis	529	43	(25)	(37)	510	63	(453)	(38)	82		
Trabalhistas	302	92	(19)	(146)	229	371	-	(93)	507		
Tributárias	109	693	(222)	(461)	119	57	-	-	176		
Total	940	828	(266)	(644)	858	491	(453)	(131)	765		

(*) Em 31 de março de 2020 foi baixado R\$ 7.691 pela venda da controlada indireta Vulcabras Azaleia SE.

(**) Os valores de apresentação líquida referem-se apenas a reclassificações entre depósitos judiciais e provisões para contingências em atendimento ao item 35 do CPC 26 (IAS 1), dessa forma esses valores não tiveram efeito caixa e não foram considerados nas demonstrações do fluxo de caixa.

Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões cíveis, trabalhistas e tributárias a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, era como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contingências		
Cíveis	2.149	2.326
Trabalhistas	41.006	40.826
Tributárias	37.051	35.171
Total	<u>80.206</u>	<u>78.323</u>

Não houve processo relevante em 2020.

21 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.106.717 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 245.756.346 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

(i) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 4.670 (R\$ 5.532 em 31 de dezembro de 2019).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Reserva de capital

(i) Stock option

Condições Gerais

A Companhia possui 3 (três) Planos de Outorga de Opções de Ações em vigor.

1º Plano de Outorga de Opção de Ações

Aprovação do Plano

Em 16 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 835.000 (oitocentas e trinta e cinco mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

1º Plano de Outorga de Opções – 2018

1ª Outorga

Data da outorga	16/jan/2018
Quantidade de opções outorgadas	835.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2021
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2022
Preço de exercício	R\$ 9,50 (1)
Beneficiários (colaboradores)	24 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 24 colaboradores para o 1º plano de Stock Options, porém em 31/12/2020, devido ao desligamento de 06 colaboradores o total é de 18 beneficiários.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras Azaleia S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

2º Plano de Outorga de Opção de Ações

Aprovação do Plano

Em 06 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o 2º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 780.000 (setecentos e oitenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

2º Plano de Outorga de Opções – 2019

2ª Outorga

Data da outorga	06/mai/2019
Quantidade de opções outorgadas	780.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2022
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2023
Preço de exercício	R\$ 7,96 (1)
Beneficiários (colaboradores)	22 (2)

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$7,96 (sete reais e noventa e seis centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.
- (2) Originalmente foram beneficiados 22 colaboradores para o 2º plano de Stock Options, porém em 31/12/2020, devido ao desligamento de 02 colaboradores o total é de 20 beneficiários.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras Azaleia S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

3º Plano de Outorga de Opção de Ações

Aprovação do Plano

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o 3º plano de outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foi de 870.000 (oitocentos e setenta mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Características do plano

3º Plano de Outorga de Opções – 2020	3º Outorga
Data da outorga	10/ago/2020
Quantidade de opções outorgadas	870.000
Período de carência para o exercício (Vesting)	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2023
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2024
Preço de exercício	R\$ 8,57 (1)
Beneficiários (colaboradores)	21

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

Beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras Azaleia S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Método de precificação

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de Black-Scholes, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Despesa do plano de opções

Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações financeiras, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2020, estão descritos a seguir (apresentado em reais):

Plano	Preço de exercício	Data da outorga	Despesa acumulada 31/12/2020	Despesa acumulada 31/12/2019
1º Plano – 2018	R\$ 9,50	16/jan/2018	R\$ 1.515	R\$ 1.042
2º Plano – 2019	R\$ 7,96	05/mai/2019	R\$ 1.019	R\$ 475
3º Plano – 2020	R\$ 8,57	06/ago/2020	R\$ 500	-
Total			R\$ 3.034	R\$ 1.517

d. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 21.114 (R\$ 16.281 em 31 de dezembro de 2019).

22 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.310.012	1.494.716
Mercado externo	102.205	109.801
Serviços prestados	1.616	1.756
	1.413.833	1.606.273
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(160.811)	(188.062)
Devoluções, abatimentos e desconto pontualidade	(73.795)	(58.226)
	(234.606)	(246.288)
Receita operacional líquida	1.179.227	1.359.985

23 Custo das vendas e revendas

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Matéria prima	(312.547)	(304.925)
Mão de obra	(178.510)	(216.068)
Custo indiretos	(156.676)	(211.747)
Custo indireto não alocado (*)	(36.384)	-
Revenda	(146.928)	(155.444)
Total custo das vendas e revendas	(831.045)	(888.184)

(*) A Companhia classificou nos períodos de 30 de junho e 30 de setembro de 2020 custos indiretos de produção, não alocados aos produtos no período em que as fábricas estavam fechadas devido às restrições do governo como “Outras Despesas” e está apresentando esse saldo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 como custo dos produtos vendidos de acordo com CPC 16.38 (IAS 2.38).

24 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Comissões	(43.698)	(49.693)
Fretes	(55.439)	(54.264)
Propaganda	(53.119)	(68.958)
Royalties	(3.383)	(2.747)
Gastos com pessoal	(28.284)	(30.319)
Outros gastos	(6.559)	(9.850)
	(190.482)	(215.831)
Perdas por redução ao valor recuperável	(9.593)	(9.013)
Total de despesas com vendas	(200.075)	(224.844)

25 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(43.494)	(43.949)	(2.512)	(1.937)
Serviços de terceiros	(27.611)	(24.052)	(2.581)	(2.964)
Aluguéis	(2.925)	(4.036)	-	-
Viagens e estadias	(326)	(981)	-	-
Segurança	(1.442)	(1.944)	(171)	(192)
Litígios e impostos	(2.275)	(2.213)	(552)	(525)
Informática e telecomunicação	(6.128)	(6.810)	(51)	(65)
Energia elétrica, água e esgoto	(655)	(1.111)	(11)	(11)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(3.602)	(3.225)	(13)	(12)
Outros (*)	(22.103)	(21.309)	(1.371)	(721)
Total despesas administrativas	(110.561)	(109.630)	(7.262)	(6.427)

(*) Os valores mais relevantes são compostos por depreciações e amortizações, sendo como as amortizações de arrendamento devido aos impactos do CPC 06 (R2) /- IFRS 16, R\$ 10.130 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.572 em 31 de dezembro de 2019).

26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (*)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de aluguel	5.024	4.784	5.020	4.766
Receitas sobre vendas de energia	808	273	-	-
Provisão para contingências	(5.137)	(13.119)	(37)	(561)
Venda de sucata	1.179	1.533	-	-
Resultado líquido na venda de ativo fixo	(2.007)	549	-	-
Recuperação de PIS/COFINS s/ ICMS	8.686	4.693	-	30
Precatório	797	12.843	-	12.843
Outros (**)	(8.553)	(7.411)	451	(389)
	797	4.145	5.434	16.689

(*) Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020, a Companhia classificou os custos relativos ao período em que as unidades fabris foram fechadas devido as restrições governamentais como "Outras despesas" e está reclassificando nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 de acordo com o CPC 23 e IAS - Políticas Contábeis, Mudanças Contábeis Estimativas e erros como "Custo indireto não alocado" (vide nota 23). Os efeitos dessa reclassificação são considerados imateriais.

(**) O principal valor em 31 de dezembro de 2020 é composto por R\$ 7.641 de perda pela venda da controlada Vulcabras Azaleia SE e em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 4.431 refere-se a despesa de ICMS s/ outros produtos.

27 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	4.944	4.017	242	101
Atualizações monetárias	-	36	-	-
Outros	-	2	-	46
Subtotal	4.944	4.055	242	147
Operacionais				
Juros	1.857	2.650	629	59
Descontos obtidos	5.857	794	-	-
Ajuste a valor presente	-	10.179	-	-
Outros (*)	5.287	3.356	-	-
Subtotal	13.001	16.979	629	59
Variações cambiais (**)	28.400	12.518	-	1
Total receitas financeiras	46.345	33.552	871	207
Despesas financeiras				
Estrutura de capital				
Juros	(14.585)	(3.219)	(763)	(316)
IOF	(120)	(351)	(7)	(1)
Outros	(2.117)	(1.847)	-	(18)
Subtotal	(16.822)	(5.417)	(770)	(335)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(3.754)	(5.082)	(2)	(4)
Taxa/comissão venda cartão	(1.002)	(1.754)	-	-
Descontos concedidos	(1.585)	(2.795)	-	-
Outras tarifas	(2.363)	(1.686)	-	-
Subtotal	(8.704)	(11.317)	(2)	(4)
Variações cambiais	(20.880)	(11.686)	-	(2)
Total despesas financeiras	(46.406)	(28.420)	(772)	(341)
Resultado financeiro	(61)	5.132	99	(134)

(*) O valor principal refere-se a atualização financeira de recuperação de Pis/Cofins sobre o ICMS R\$ 1.658 (R\$ 2.750 em 31 de dezembro de 2019).

(**) A variação se deu pelo aumento na taxa de câmbio do dólar que em 31 de dezembro de 2020 fechou em R\$ 5,20 (R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019).

28 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41/IAS 33 no montante total de 2.260.000 (dois milhões duzentos e sessenta mil) potenciais ações. Do montante total, 635.000 (seiscentos e trinta e cinco mil) potenciais ações são referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, 755.000 (setecentos e cinquenta e cinco mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, e 870.000 (oitocentos e setenta mil) potenciais ações são referentes a terceira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 06 de agosto de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 1.440.000 (um milhão quatrocentos e quarenta mil) potenciais ações em circulação. Do montante total, 660.000 (seiscentos e sessenta mil) potenciais ações são referentes a primeira outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 16 de janeiro de 2018, e, 780.000 (setecentos e oitenta mil) potenciais ações são referentes a segunda outorga de ações do plano de Stock Options que foi aprovado em 05 de maio de 2019, que poderiam afetar a diluição do resultado por ações nos termos do CPC 41/IAS 33.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Consolidado Quantidade de ações ordinárias	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado atribuível aos acionistas	31.554	143.065
Média ponderada básica das ações em circulação durante o exercício	245.756.346	245.756.346
Média ponderada diluída das ações em circulação durante o exercício	248.016.346	247.196.346
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,1285	0,5821
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	0,1274	0,5788

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e empréstimos.

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros através do monitoramento de posições financeiras dos ativos e passivos, controlando os limites de exposição.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

As avaliações de seus instrumentos financeiros, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas:

- (i) Seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (maiores bancos por ativo do país), bancos estatais ou Agencias Governamentais de fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

- (ii) Análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 14,2% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (6,7% em 31 de dezembro de 2019); e
- (iii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais:

31 de dezembro de 2020	Política aplicada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas
Lojas	0,00%	13.520	-
A Vencer	0,04%	525.940	210
Vencido de 1-30 dias	0,50%	4.173	21
Vencido de 31-60 dias	10,00%	327	33
Vencido de 61-90 dias	25,00%	263	66
Vencido há mais de 90 dias	100,00%	31.433	31.433
Clientes em recuperação judicial (com reestruturação financeira)	40,00%	14.865	5.952
Clientes em recuperação judicial (sem reestruturação financeira)	100,00%	4.406	4.406
Mercado exterior		29.706	8.408
		624.633	50.529
31 de dezembro de 2019	Política aplicada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas
Lojas	0,00%	6.137	-
A Vencer	0,04%	409.393	164
Vencido de 1-30 dias	0,50%	6.913	35
Vencido de 31-60 dias	10,00%	859	86
Vencido de 61-90 dias	25,00%	291	73
Vencido há mais de 90 dias	100,00%	31.746	31.746
Clientes em recuperação judicial (com reestruturação financeira)	40,00%	11.743	4.697
Clientes em recuperação judicial (sem reestruturação financeira)	100,00%	-	-
Mercado exterior		23.373	5.277
		490.455	42.078

Os critérios utilizados para o cálculo da matriz de perda estão divulgados na nota explicativa 6c.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada no exercício contábil anterior. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

(ii) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é avaliar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado.

Risco cambial

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 4,16% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2020 (3,01% em 31 de dezembro de 2019), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2020, com a variação positiva de 28,93% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2019.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira (a)	7.793	9.035
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(6.287)</u>	<u>(650)</u>
Superávit apurado (a-b)	<u>1.506</u>	<u>8.385</u>

Dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- 1. Cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas:** cotação do dólar em R\$ 5,1967 em 31 de dezembro de 2020;
- 2. Cenário possível:** conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 3,8975; e
- 3. Cenário remoto:** ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é reduzida em 50%, passando a R\$ 2,5984.

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 31 de dezembro de 2020

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Resultado financeiro	US\$ 1.506 mil Queda do US\$	Câmbio de 5,1967 -	Câmbio de 3,8975 (1.956)	Câmbio de 2,5984 (3.912)

(iii) Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-CETIP, TJLP e IPCA sobre as aplicações financeiras e parte de seus empréstimos e financiamentos, atrelados a essas taxas.

	Consolidado		Consolidado	
	Valor Contábil 31/12/2020	Valor justo 31/12/2020	Valor Contábil 31/12/2019	Valor Justo 31/12/2019
Ativos em CDI	233.762	233.762	58.805	58.505
Passivos em TJLP	2.276	2.365	2.374	2.413
Passivos em IPCA	125.808	138.053	40.679	43.308
Passivos em CDI	156.975	159.687	-	-

Para fins de atendimento à Deliberação CVM no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) Cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, DI-CETIP de 1,90% a.a. e TJLP de 4,55% a.a. e IPCA de 4,52% a.a.;
- (ii) Cenário possível, considerando um aumento ou redução de 25% sobre as taxas;
- (iii) Cenário remoto, considerando um aumento ou redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2020:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível - 25%	Cenário Remoto - 50%
Empréstimos em TJLP	Alta da TJLP	TJLP a 4,55%	TJLP a 5,69%	TJLP a 6,83%
		R\$ 0	R\$ 26	R\$ 52
Empréstimos em IPCA	Alta do IPCA	IPCA a 4,52%	IPCA a 5,65%	IPCA a 6,78%
		R\$ -	R\$ 1.422	R\$ 2.843
Empréstimos em CDI	Alta da CDI	CDI a 1,90%	CDI a 2,38%	CDI a 2,85%
		R\$ 0	R\$ 753	R\$ 1.491
Aplicações em CDI	Queda do CDI	CDI a 1,90%	CDI a 1,43%	CDI a 0,95%
		R\$ -	R\$ (1.099)	R\$ (2.221)

(iv) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de liquidez de recursos, através de políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras com liquidez diária, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	
Vencimento	Valor	%
2022	97.119	51%
2023	55.984	29%
2024	14.300	8%
2025	13.744	7%
2026	8.854	5%
Total	190.001	100%

Composição dos saldos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

		Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	Classificação	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	158.552	158.552	62.164	62.164
Aplicações financeiras CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	90.049	90.049	2.529	2.529
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	458	458	294	294
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	574.104	574.104	448.377	448.377
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	11.266	11.266	11.748	11.748
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Outros passivos financeiros	285.058	300.104	43.053	45.721
Em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	26.571	26.727	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	62.457	62.457	40.993	40.993
Mútuo com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	17.632	17.632	16.930	16.930
		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	Classificação	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	18	18	3.606	3.606
Aplicações financeiras CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	80.951	80.951	2	2
Mútuos com partes relacionadas	Ativos financeiros ao custo amortizado	120.602	120.602	-	-
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	1.538	1.538	1.615	1.615
Fornecedores	Outros passivos financeiros	289	289	1.088	1.088
Mútuos com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	197.763	197.763	-	-

(v) **Hierarquia do valor justo**

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras								
CDB pós-fixados	-	85.748	-	-	-	80.949	-	-
Fundo de investimento	-	4.301	-	2.529	-	2	-	2
Fundo de investimento em								
ações	458	-	294	-	-	-	-	-
Mútuos com partes								
relacionadas	-	-	-	-	-	120.602	-	-
Empréstimos e								
financiamentos	-	326.831	-	-	-	-	-	-
Mútuos com partes								
relacionadas	-	17.632	-	16.930	-	197.763	-	-

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(vi) **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (*fair value*)**

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2020 (ver nota explicativa 5).

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2020 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas. O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

Fornecedores

Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia e suas controladas, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

(vii) Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital estruturada, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	(311.629)	(43.053)
Arrendamentos	(18.530)	(15.845)
Caixa e equivalentes de caixa	158.552	62.164
Aplicações financeiras	90.543	2.823
Dívida líquida	(81.064)	6.089
Patrimônio líquido	1.125.394	1.087.428

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2020 são resumidos a seguir:

Seguros corporativos em reais		
Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	16.250
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	11.200
Transporte internacional – Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	7.795
	Total dos seguros corporativos	312.245

31 Subvenções e assistência governamental

a. Incentivos Federais

- **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

b. Incentivos estaduais

(i) Ceará

Para calçados

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Para confecções

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

- **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS retido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo.

(ii) Bahia

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo Estadual	%	Prazo de Vencimento
Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Calçados	99%	Ago/2031
Vulcabras Azaleia CE Calç. e Art. Esp. S.A.	Provin Confecções	75%	Jun/2022
Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.	Probahia	99%	Jul/2027
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	PCDM	75%	Dez/2022

Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo Federal	%	Prazo de Vencimento
Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.	Redução IRPJ	75%	Dez/2026

c. Consolidado

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

ICMS	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	<u>Resultado da equivalência patrimonial na controladora</u>	
			31/12/2020	31/12/2019
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas				
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	70.103	99,99%	70.096	75.643
Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.	3.677	0,22%	8	1
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	46.265	100,00%	46.265	46.853
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	6.640
	<u>120.045</u>		<u>116.369</u>	<u>129.137</u>

Reintegra	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			31/12/2020	31/12/2019
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas				
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	27	99,99%	27	17
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	34	100,00%	34	19
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	14
	<u>61</u>		<u>61</u>	<u>50</u>

32 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas líquidas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	856.518	1.008.208
Calçados femininos	142.732	195.596
Outros calçados e outros	86.724	68.835
Confecções	93.253	87.346
	<u>1.179.227</u>	<u>1.359.985</u>
Mercado interno	1.078.060	1.251.236
Mercado externo	101.167	108.749
	<u>1.179.227</u>	<u>1.359.985</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	547.935	542.715
Outros países	20.434	18.211
Total	<u>568.369</u>	<u>560.926</u>

33 Eventos subsequentes

Operações Mizuno

Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu a primeira etapa do fechamento da operação envolvendo a assunção, pelas suas subsidiárias Vulcabras Azaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (“Subsidiárias”), das operações da marca Mizuno no Brasil, nos termos dos contratos firmados com Alpargatas S.A. (“Alpargatas”) e Mizuno Kabushiki Kaisha d/b/a Mizuno Corporation com aprovação do CADE.

Em comum acordo, com o objetivo de propiciar uma transição mais eficiente da Operação e evitar qualquer interrupção, as partes aditaram o contrato em 29 de janeiro de 2021 para estabelecer que a conclusão da Operação ocorrerá em 2 (duas) etapas:

- (i) No primeiro fechamento, realizado na presente data (“Primeiro Fechamento”), foram efetuados (a) a transferência da totalidade das quotas detidas pela Alpargatas em uma sociedade recém constituída, que detém os ativos e empregados da Operação que não sejam relativos às lojas Mizuno, (b) a assunção pelas Subsidiárias da relação contratual com Mizuno Corporation, e (c) os demais atos do fechamento da operação conforme originalmente previsto no contrato, exceto os atos a serem realizados no Segundo Fechamento, conforme definido abaixo; e
- (ii) No segundo fechamento, que deverá ocorrer até 31 de março de 2021 (“Segundo Fechamento”), haverá a transferência pela Alpargatas à Companhia (a) da totalidade da participação societária por ela detida em outra nova sociedade constituída como veículo para a transferência dos ativos e empregados relativos às lojas Mizuno e (b) dos ativos Mizuno relativos à operação de e-commerce.

De acordo com os documentos definitivos da Operação, durante um período de tempo ainda não definido, a Alpargatas S.A. continuará a fabricar e fornecer, exclusivamente às Subsidiárias, produtos Mizuno, até que sua fabricação seja assumida pelas Subsidiárias.

O valor atual previsto é da ordem de R\$ 31.064, sendo que eventuais ajustes adicionais referente as lojas poderão ser aplicados até o segundo fechamento. Em janeiro de 2021 a Companhia já reconheceu R\$ 1.596 de ganho pelo registro do investimento.

A partir de 29 de janeiro de 2021, passa a vigorar o Master Distributor and License Agreement firmado entre a Companhia e a Mizuno Corporation, através do qual a Companhia irá (i) desenvolver e produzir produtos da marca “Mizuno“, incluindo calçados, vestuários e acessórios, e (ii) distribuir em território nacional os produtos da marca “Mizuno“, até dezembro de 2033.

Após o segundo e último fechamento da Operação, as Subsidiárias passarão a comercializar os produtos da marca “Mizuno“, diretamente ao consumidor, através de lojas próprias e/ou através do canal de venda eletrônica (www.mizuno.com.br).

A consumação dessa operação, está em linha com o planejamento estratégico da Companhia em concentrar seus esforços no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos e artigos esportivos.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle
Presidente

André de Camargo Bartelle
1º Vice-Presidente

Pedro Bartelle
2º Vice-Presidente

Hector Nunez
Conselheiro Independente

Roberto Faldini
Conselheiro Independente

Composição do Conselho Fiscal

Marcello Joaquim Pacheco
Presidente do Conselho

Benedito Alfredo Baddini Blanc
Conselheiro

Célio de Melo Almada Neto
Conselheiro

Composição da Diretoria

Pedro Bartelle
Presidente

Wagner Dantas da Silva
Diretor Administrativo e de Finanças

Flávio de Carvalho Bento
Diretor Industrial

Rafael Carqueijo Gouveia
Diretor Superintendente

Rodrigo Miceli Piazer
Diretor de Compras

Evandro Saluar Kollet
Diretor Corporativo de Desenvolvimento de
Produto e Tecnologia

Márcio Kremer Callage
Diretor de Marketing

Diretor de Relações com Investidores

Wagner Dantas da Silva

Responsável técnico

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP